

LEITURAS E LEITORES NO CONTEXTO PRISIONAL: REFLEXÕES INICIAIS

LILIAN SIGNORINI LAFUENTE¹; LISIANE SIAS MANKE²

¹UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – lilian.lafuente@hotmail.com

²UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – lisianemanke@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Como os indivíduos privados de liberdade se relacionam com a leitura? E a escrita, quais sentidos atribuem a ela? Considerando as particularidades do contexto prisional, o questionamento, aqui colocado, tem apenas um objetivo, o de refletir sobre essas práticas, tendo em vista que, “[...] os gestos mudam segundo os tempos e lugares, os objetos lidos e as razões de ler [...]” (CHARTIER, 1999, p. 77).

Este trabalho apresenta reflexões iniciais tecidas a partir do levantamento bibliográfico de uma pesquisa em andamento, vinculada ao Programa de Pós-graduação em História (UFPEL), da linha de pesquisa 4: Culturas: entre ensino, linguagens e formação de sentidos. Esta pesquisa busca analisar a constituição do projeto de remição pela leitura¹ chamado “*Carrinho da Leitura: estimulando a leitura como forma de libertação*”, desenvolvido no Presídio Estadual de Camaquã², no estado do Rio Grande do Sul.

A educação em estabelecimentos prisionais baseia-se no princípio constitucional de direito à educação para todos. Nesse sentido, o acesso à educação, não se trata apenas de um direito, mas também de uma real possibilidade de ser um caminho que permita a diminuição do tempo de pena e a reinserção no mundo do trabalho, bem como para o exercício pleno da cidadania. Tal exercício passa pela possibilidade do exercício da leitura e da escrita.

Para compreender esse objeto de estudo, é preciso considerar as dificuldades contemporâneas que o sistema prisional brasileiro enfrenta, principalmente, no estado do Rio Grande do Sul. De acordo com dados estatísticos disponibilizados pela Superintendência dos Serviços Penitenciários - SUSEPE³, o número de pessoas privadas de liberdade tem aumentado dia após dia. Atualmente, o estado do Rio Grande do Sul possui mais de 40.000 pessoas privadas de liberdade, sendo 39.441 homens e 2.439 mulheres. A sociedade busca alternativas que auxiliem no enfrentamento da crise no sistema penitenciário brasileiro, marcado pela superlotação e pela reincidência criminal. Para Moura e Ribeiro (2014, p. 6), a situação carcerária é uma das questões mais preocupantes da realidade social brasileira. Pensar a educação em um espaço onde nem sequer os direitos humanos são garantidos é uma tarefa complexa, como ressalta Onofre (2012, p.55) em suas pesquisas.

¹ A remição de pena, ou seja, o direito do condenado de abreviar o tempo imposto em sua sentença penal, pode ocorrer mediante trabalho, estudo e, de forma mais recente, pela leitura, conforme disciplinado pela Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

² Este estabelecimento prisional está localizado próximo à capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Possui uma estrutura física com capacidade para atender 150 apenados, entretanto, hoje, possui um efetivo prisional com, aproximadamente, 388 pessoas do sexo masculino, privadas de liberdade. Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br> Acesso em: 04/09/2023.

³ A Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), subordinada à Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo (SSPS), é o órgão estadual responsável pela execução administrativa das penas privativas de liberdade e das medidas de segurança. Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br> Acesso em: 20/05/2022.

Nesse contexto, a leitura e a escrita se revelam como ferramentas importantes na formação desses indivíduos que desejam condições melhores durante e após o cumprimento de pena. Posto isso, incentivar a prática da leitura como elemento facilitador de uma tomada de consciência de pessoas privadas de liberdade pode incentivar na melhoria das suas condições de retorno ao convívio social. De acordo com Onofre (2012, p.53), há entre as pessoas privadas de liberdade um sentimento de “tempo perdido”, podendo ser este um dos motivos que os levam a introduzir a leitura na rotina.

A História Cultural aborda a leitura como tarefa ativa dos sujeitos-leitores. Os “sentidos” atribuídos aos textos pelos leitores são resultados dos interesses individuais e coletivos. Na perspectiva dos direitos constitucionais do cidadão, bem como dos direitos humanos, alicerçado nos princípios teóricos e metodológicos da História Cultural, articulados no campo da História do Livro e da Leitura e da Sociologia da Leitura, procuramos dar visibilidade à existência da cultura escrita no ambiente prisional. Inúmeros historiadores e pesquisadores de diferentes áreas, como literatura, linguística, educação e história, por exemplo, vêm desenvolvendo pesquisas sobre o livro e a leitura.

No âmbito da Nova História Cultural, em suas pesquisas, Roger Chartier aponta que a história dos livros e da leitura precisa focar atentamente na tensão entre o poder do livro sobre o leitor, a liberdade e a inventividade deste último na produção de sentidos no contato com os textos (1990, p. 121). Manguel (1997) e Chartier (1990) destacam a multiplicidade de práticas de leituras produzidas, a partir de sujeitos-leitores variados, inseridos em contextos diferentes. Dessa forma, analisar as práticas de leitura e de escrita no contexto prisional permite trazer elementos para conhecer os sujeitos-leitores aprisionados e o real interesse dado à leitura durante o período de cárcere.

2. METODOLOGIA

Na busca por um objeto de pesquisa que englobasse as práticas de leitura e de escrita no contexto prisional, realizamos, primeiramente, uma investigação utilizando uma revisão bibliográfica junto ao banco de dissertações e teses do Portal da Capes e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, visando mapear dissertações e teses que abordassem as práticas de leitura e de escrita, desenvolvidas a partir de projetos de remição de pena pela leitura nas prisões, objetivando identificar possíveis lacunas historiográficas. O recorte espacial definido foi o estado do Rio Grande do Sul, considerando a localização do estabelecimento prisional a ser investigado e o recorte temporal estabelecido foi o período que compreende os últimos dez anos, considerando o ano de publicação da recomendação do Conselho Nacional de Justiça, n.44/2013, que estabeleceu os parâmetros para fins de remição de pena pelo estudo e que previu sua equivalência para a remição pela leitura. A busca se deu com a utilização de descritores pré-determinados: remição, leitura, escrita, prisões, Rio Grande do Sul, que deveriam aparecer no resumo do texto no momento da pesquisa nas bases eletrônicas.

Por se tratar de um tema tão específico, não foi encontrado nenhuma produção acadêmica, no Rio Grande do Sul, que englobasse projeto de remição de pena e de práticas de leitura e de escrita, realizadas por pessoas privadas de liberdade a partir de uma perspectiva sociocultural. Então, visando ampliar as possibilidades dessa investigação, estendemos o recorte espacial e passamos a investigar teses e dissertações publicadas no Brasil, nos últimos dez anos.

Com a ampliação do recorte espacial, encontramos a dissertação de mestrado intitulada “*O Mundo como prisão e a prisão no mundo: Graciliano Ramos e a formação do leitor em presídios do Distrito Federal*”, de Maria Luzineide da Costa Ribeiro, apresentada em 2012, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura do Instituto de Letras da Universidade de Brasília. Esta autora investigou o perfil de leitores em presídios federais, tendo por base a leitura de Antônio Cândido e a conceituação de mundo como prisão. Seu estudo aponta a escassez de políticas públicas de incentivo à leitura, desenvolvidas e implementadas no sistema prisional. Em sua tese de doutorado, defendida em 2017, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Literatura e Práticas Sociais, intitulada “*Uma teia de relações: o livro, a leitura e a prisão*”, a autora apresenta o projeto de “Remição pela Leitura”, desenvolvido em penitenciárias federais, e defende o uso da prática literária como política pública que pode auxiliar na ressocialização dos apenados, destacando os impactos positivos que esse ato exerce sobre o leitor.

Após análise dos dados encontrados, foi possível perceber que os estudos que envolvem projetos de remição pela prática da leitura e da escrita nas prisões que considere a instância do sujeito-leitor são poucos. Os que abordam a temática informam que, na prática, a leitura e a escrita estão relacionadas ao processo de alfabetização e de letramento, associadas à Educação de Jovens e Adultos e políticas públicas. No que tange à produção historiográfica acerca do tema, foi constatado que existem lacunas a serem preenchidas. Torna-se necessário conhecer, de maneira mais aprofundada, as diferentes práticas de leitura e de escrita existentes no contexto prisional do estado do Rio Grande do Sul, o perfil destes leitores, os modos de ler e os “sentidos” atribuídos a esta prática. Após submeter o projeto de pesquisa para análise do Comitê de Ética da Escola de Serviços Penitenciários (ESP) recebemos, no mês de junho, a autorização para iniciar as atividades de pesquisa no Presídio Estadual de Camaquã/RS. Alicerçados em uma metodologia qualitativa de pesquisa documental, com caráter exploratório, aliada ao estudo de caso, buscamos compreender os mais diferentes aspectos do fenômeno analisado e suas particularidades.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto “*Carrinho da Leitura: estimulando a leitura como forma de libertação*” é desenvolvido no Presídio Estadual de Camaquã desde 2017. É considerado pioneiro na região sul, pois, antes mesmo da regulamentação da remição da pena pela leitura já oferecia aos participantes atividades relacionadas a prática da leitura e escrita através de seu acervo. Além de proporcionar as pessoas privadas de liberdade uma alternativa para a diminuição de parte de sua pena através da leitura, pretende contribuir para modificar os hábitos danosos no contexto prisional, estimulando à prática da leitura e da escrita e o desenvolvimento de atividades que propiciem o exercício pleno da cidadania durante e após o encarceramento. A participação é voluntária, mediante inscrição, tendo os participantes de 22 à 30 dias para ler a obra, e, após isso, elaborar um relatório de leitura, em oficina na sala de aula, o qual é avaliado pela comissão técnica, se validado, recebe o benefício da diminuição de 4 dias de pena por obra/mês. O limite é de doze obras por ano, ou seja, no máximo, 48 dias de remição a cada ano.

A história da leitura e dos livros tem uma longa tradição, mas só recentemente seu âmbito foi ampliado para compreender também a trajetória da leitura e da escrita como práticas sociais, proporcionando inúmeras possibilidades de pesquisas relacionadas a educação e a história, em contextos escolares formais e não formais. Considerando a abrangência da pesquisa, foram delineados os seguintes objetivos específicos: analisar as maneiras de ler, a circulação e o acesso ao acervo utilizado no projeto. Além disso, objetiva-se investigar o perfil do leitor privado de liberdade,

visando identificar a existência de uma comunidade de leitores específica neste local.

Com base nisto, esta pesquisa tem a intenção de analisar e compreender, através da leitura e da escrita desenvolvida no “*Projeto Carrinho da Leitura: estimulando a leitura como forma de libertação*”, aquele que é pouco “ouvido” e “contado” em estudos acadêmicos.

4. CONCLUSÕES

As práticas de leitura e por conseguinte as produções textuais realizadas pelas pessoas privadas de liberdade podem representar empoderamento, além de ser um recurso para ampliar o conhecimento sobre os aprisionados, instrumentalizando a análise da política criminal e gerenciamento do sistema prisional. A presente investigação se insere nesse contexto, tendo por finalidade averiguar a importância da leitura e da escrita nas prisões, dando visibilidade as produções destes indivíduos e permitindo uma compreensão mais aprofundada sobre o que elas revelam.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei 12.433 de 29 de junho de 2011**. Altera a Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm Acesso em 09 de fevereiro de 2022.

BRASIL. **Portaria conjunta nº. 276, de 20 de junho de 2012**. Disciplina o projeto de remição pela leitura no Sistema Penitenciário Federal. Disponível em: http://www.stj.jus.br/internet_docs/biblioteca/clippinglegislacao/POC_276_2012_DPE.pdf Acesso em 09 de fevereiro de 2022.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1990.

CHARTIER, R. As revoluções da leitura no ocidente. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, São Paulo. Mercado das Letras. ALB. FAPESP. 1999.

MOURA, Tatiana Whately de; RIBEIRO, Natália Caruso Theodoro. **Levantamento nacional de informações penitenciárias (INFOPEN)**. Ministério da Justiça, 2014. 148 p. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-infopen/relatorio-depen-versao-web.pdf>> Acesso em: 23 de maio de 2022.

ONOFRE, E. M. C. **Revista Educação e Linguagens**. Campo Mourão, v. 1, n. 1, agos. / dez. 2012.

MANGUEL, A. **Uma história de leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. RIBEIRO, M. L. P. C. **O mundo como prisão e a prisão no mundo**: Graciliano Ramos e a formação do leitor em presídios do Distrito Federal. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

RIBEIRO, Maria Luzineide P. da Costa. **Uma teia de relações: o livro, a leitura e a prisão: um estudo sobre a remição de pena pela leitura em penitenciárias federais brasileiras**. 2017. 240 f., il. Tese (Doutorado em Literatura) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.